

5^o Sebra MUS

seminário
brasileiro de
museologia

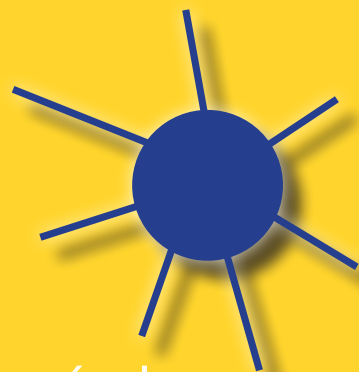
Museologia
em *movimento*:
lutas e resistências

PORTO ALEGRE - RS

Anais

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA
E COMUNICAÇÃO - FABICO

7 a 10 dez. 2022



ANAIS

ORGANIZADORAS

Profa. Ana Carolina Gelmini de Faria (UFRGS);

Profa. Ana Celina Figueira da Silva (UFRGS);

Lizandra Caon Bittencourt (discente do Curso de Museologia e PPGMusPa/UFRGS);

Profa. Márcia Regina Bertotto (UFRGS)

Profa. Vanessa Barrozo Teixeira Aquino (UFRGS)

5º SEBRAMUS

SEMINÁRIO BRASILEIRO DE MUSEOLOGIA

Porto Alegre - RS

Museologia em movimento:
lutas e resistências

7 a 10 de dezembro de 2022

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Criação da Identidade Visual:

Sofia Martinez – Design de Produto/UFRGS – Museu da UFRGS

Ana Porazzi – Design Visual/UFRGS – Museu da UFRGS

Capa e Editoração eletrônica:

Lizandra Caon Bittencourt

NÃO ILUSTRADO

**CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
BIBLIOTECA**

S471a Seminário Brasileiro de Museologia (5. : 2022 : Porto Alegre, RS)
Anais... [recurso eletrônico] / Ana Carolina Gelmini de Faria ...[et al.]
(Organizadoras). – Porto Alegre: UFRGS. Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, 2023.

p.

Tema: Museologia em movimento: lutas e resistências
ISSN: 2446-8940

1. Museologia - Eventos. I. Faria, Ana Carolina Gelmini de (Org.). II. Título.

CDU: 069

**OS AGENTES E PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DO
MUSEU DE COMUNICAÇÃO SOCIAL HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA****Ana Letícia de Alencastro Vignol**

PPGMUSPA/UFRGS – aluna

Ana Celina Figueira da Silva

PGMUSPA/UFRGS – docente

RESUMO

O trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa em realização junto ao Programa de Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Propõe analisar os objetivos e motivações dos agentes envolvidos no processo de criação do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, criado em 1974 vinculado ao governo estadual do Rio Grande do Sul e surgindo com a função de conservar, pesquisar e divulgar a história da comunicação gaúcha constituído por acervos das áreas de imprensa e da imagem e do som, em diversos suportes. Analisa a atuação de um grupo de intelectuais locais que operavam pela preservação do patrimônio cultural da capital do estado, representados pela Associação Rio-grandense de Imprensa e de um grupo denominado Barões do Cupim, que participaram do processo de criação, funcionamento e divulgação do museu. Discute uma possível disputa que compreendeu diversos perfis de museu em sua constituição. Evidencia o papel da imprensa neste processo, representados pela escolha do seu Patrono, o jornalista Hipólito José da Costa, editor do primeiro jornal brasileiro e seu prédio, onde funcionaram diversos jornais gaúchos. Analisa a sua relação com o contexto do surgimento dos Museus da Imagem e do Som no Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar. Como resultado parcial, aponta-se a preponderância da área da imprensa em relação aos demais setores da comunicação já que foram identificadas proposições de Museu da Imprensa e de “Submuseu da Imagem e do Som” e de sua singularidade em relação aos Museus da Imagem e do Som.

PALAVRAS-CHAVE

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.
Museus da Imagem e do Som. Imprensa. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The paper presents partial results of research being carried out at the Museology and Heritage Program of the Federal University of Rio Grande do Sul. It proposes to analyze the objectives and motivations of the agents involved in the creation process of the Hipólito José da Costa Communication

Museum, created in 1974 linked to the state government of Rio Grande do Sul and emerging with the function of conserving, researching and disseminating the history of gaúcho communication consisting of collections from the areas of the press and image and sound, in various supports. It analyzes the performance of a group of local intellectuals who operated for the preservation of the cultural heritage of the state capital, represented by the Associação Riograndense de Imprensa and a group called Barões do Cupim, who participated in the process of creation, operation and dissemination of the museum. It discusses a possible dispute that comprised several museum profiles in its constitution. It highlights the role of the press in this process, represented by the choice of its Patron, the journalist Hipólito José da Costa, editor of the first Brazilian newspaper and its building, where several newspapers gaúchos operated. It analyzes its relationship with the context of the appearance of the Image and Sound Museums in Brazil during the period of the Civil-Military Dictatorship. As a partial result, it is pointed out the preponderance of the press area in relation to the other sectors of communication, since propositions of the Press Museum, and of “Sub-museum of Image and Sound” and their uniqueness in relation to the Image Museums were identified and Sound.

KEYWORDS

Hipólito José da Costa Communication Museum.
Museums of Image and Sound. Press. Cultural heritage.

1 Como se constituiu o MuseCom

O Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (MuseCom)¹ é um órgão vinculado ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, situado na região central da cidade de Porto Alegre, que tem como função conservar, pesquisar e divulgar a história da comunicação gaúcha através do tratamento de acervos diversos: imprensa; televisão e vídeo; rádio e fonografia; publicidade e propaganda; fotografia; cinema e tridimensionais.²

A instituição foi criada pela Portaria nº 018044 em 06 de setembro de 1974, com o nome de Museu da Comunicação Social (MCSHJC) e em 30 de dezembro de 1975 foi legalizada pelo Decreto nº 24.366, já com a adição da denominação de seu patrono – Hipólito José da Costa, cujas finalidades eram recolher e selecionar material referente à área; organizar, ampliar e pesquisar seu acervo; propiciar consultas e informações e promover atividades que auxiliassem o conhecimento da história da comunicação no Rio Grande do Sul³.

1 A antiga sigla do museu era MCSHJC, referente à denominação “Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa”. Quando a designação “Social” foi retirada, a sigla passou para MuseCom. Segundo reportagem intitulada “O museu recupera espaços”, a mudança do nome e da logomarca ocorreu em 2010 (RRPP Atualidades, 2010, p. 12).

2 O MuseCom, localizado na Rua dos Andradas, 959, no centro histórico de Porto Alegre, “(...) está registrado sob os códigos 6.53.68.6717 e ES-8133, respectivamente, no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus e no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais.” Informações disponíveis em: <https://www.MuseCom.com.br/o-museu>. Acesso em: 13 jul.2022.

3 Segundo o Art. 2º do Decreto de criação citado. Disponível em: <https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.as->

O prédio sede do MuseCom, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) em 1987, foi construído em 1922, para abrigar o jornal A Federação, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que circulou entre 1884 e 1937. Esta edificação também abrigou o Diário Oficial do Estado; o Jornal do Estado; o Departamento de Imprensa Oficial e a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), razão pela qual sua localização é conhecida como “Esquina da Comunicação”, pois também funciona, em frente ao mesmo, o jornal Correio do Povo, criado em 1895.

Hipólito José da Costa⁴ – patrono do museu – editou pela primeira vez o jornal Correio Braziliense (ou Armazém Literário) em 01 de junho de 1808, em Londres, que pregava ideias liberais e nacionalistas, tais como a abolição da escravatura e a independência das Américas. Foi o primeiro jornal oficial do Reino Unido e é considerado pela classe jornalística brasileira como o primeiro jornal do Brasil⁵, mesmo editado fora do País. Circulava clandestinamente em Portugal devido às ideias que pregava e em dezembro de 1822, por ocasião da independência do Brasil – um dos grandes objetivos de sua existência – teve sua última publicação.

A origem do MuseCom remonta ao ano de 1972, quando o jornalista gaúcho Sérgio Roberto Dillenburg, ao realizar uma série de reportagens sobre a situação de alguns órgãos públicos da cultura no Estado para o jornal local Correio do Povo, acabou encontrando diversos jornais e revistas que reconheceu como raros e de importância histórica⁶, em situação precária, sem local definido de guarda e sem tratamento especializado, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Diante desta situação, principalmente pela falta de uma sede adequada para o AHRs, que ficou fechado por mais de um ano, publicou uma reportagem⁷ alertando para os riscos de seu fechamento e a perda do seu acervo. Com o apoio da imprensa local e da Associação Riograndense de Imprensa (ARI), conseguiu a anuência do governo do Estado para definir o destino destes jornais e revistas.

A repercussão da reportagem acabou gerando a elaboração de um anteprojeto⁸ de criação

p?Hid_IdNorma=32743&Texto=&Origem=1. Acesso em: 12 jul, 2022.

4 Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nasceu em 13 de agosto de 1774 na Colônia do Sacramento quando pertencia ao território brasileiro, razão pela qual a classe jornalística reivindica sua nacionalidade brasileira. Foi jornalista, diplomata e maçom, exilado em Londres devido a acusações da Inquisição da Coroa Portuguesa por disseminar ideias maçônicas. Hipólito morreu em Londres, em 11 de setembro de 1823. (QUEVEDO, 1997, p. 06-19).

5 Por esta razão a classe jornalística reivindicou a mudança da data do Dia da Imprensa, antes comemorada em 10 de setembro – dia da primeira publicação do jornal Gazeta do Rio de Janeiro, em 1808, pela Imprensa Régia – para o dia 01 de junho. Conquista alcançada em 13 de setembro de 1999 com a promulgação da Lei 9.831 que estabeleceu, “(...) em todo o País, a data de 1º de junho de cada ano para as comemorações do Dia da Imprensa.” Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9831-13-setembro-1999-345026-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 jan. 2022.

6 Como professor universitário e jornalista, Dillenburg realizou muitas pesquisas sobre a história da imprensa no Rio Grande do Sul e, por esta razão, identificou o potencial histórico desses jornais logo que os viu.

7 Segundo entrevista realizada com Dillenburg, em 11.04.04, à época, o jornalista estava realizando reportagens sobre o tema para o jornal Correio do Povo, procurando analisar a situação dos órgãos estaduais vinculados à cultura. Quando chegou ao AHRs, e encontrou este material, escreveu um artigo intitulado: “Um Arquivo conta a História do Rio Grande do Sul”. (DILLENBURG, 1972, p. 17)

8 O anteprojeto foi encontrado no Processo de Tombamento do MuseCom. Disponível em: <https://drive.google.com/>

do museu por parte do Diretor do Museu Júlio de Castilhos (MJC) e do AHRS – o coronel Moacyr Domingues – para ser encaminhado ao Departamento de Assuntos Culturais (DAC) da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEC) propondo a criação de um Museu de Comunicação Social.

O anteprojeto estabelecia sua estrutura jurídica, finalidades, denominação, regulamentação e constituição do acervo e afirmava que seu futuro Conselho Deliberativo deveria ser constituído por “[...] um representante de cada Associação, Sindicato ou Federação de classe e de cada Escola de Comunicação Social do Estado, que existam ou venham existir.” (RIO GRANDE DO SUL, 1986, p. 18).

Num primeiro momento, Dillenburg havia proposto a criação de um Setor de Imprensa no AHRS e, devido a negativa do diretor da instituição, propôs a instituição de um Museu da Imprensa, que também não se concretizou⁹. Um dos objetivos da pesquisa em curso é compreender as razões para a transformação do perfil do museu da Imprensa para o conceito de Comunicação Social.

No contexto desta mudança é preciso destacar que a criação do MuseCom foi logo apoiada pelos representantes da imprensa gaúcha em razão do significado para classe, não só pela relação com a sua área de atuação, mas também pelo seu propósito de salvaguardar os bens culturais da imprensa e da comunicação. Fato que pode ser evidenciado pela “Moção de Apoio a proposição da Criação, pelo Governo do Estado, do Museu de Comunicação Social”, em 17 de outubro de 1973”, desenvolvida pela ARI e que apresentava o histórico da proposição de criação do MuseCom, destacando um dossiê com a exposição de motivos para a elaboração do anteprojeto de criação do museu. A Moção salientava a “(...) relevância cultural e histórica para os jornalistas e demais profissionais ligados à comunicação social (...)” e a excepcionalidade do acervo (ARI, 1973, p. 01).

Ou seja, dada a proposta de representação no Conselho Deliberativo da nova instituição e do engajamento da ARI, já estava definido o espaço de participação da categoria no MuseCom. Assim como o fato de que a equipe definida para coordenar sua organização era composta por três jornalistas cedidos pela própria SEC: Sérgio Roberto Dillenburg; Cláudio José Batista Todeschini e Iara de Almeida Bendatti.

Para compreender melhor esta participação cabe ressaltar que à época ocorria um movimento político-cultural em Porto Alegre encabeçado por intelectuais gaúchos das mais diversas áreas, principalmente arquitetos e jornalistas, que batalhavam pela preservação do patrimônio histórico da cidade, que receberam a denominação de Barões do Cupim¹⁰. Um destes intelectuais foi o jornalista e político gaúcho Alberto André, presidente da ARI na época, que assumiu, junto a Dillenburg, a campanha para a criação do museu.

Pela pesquisa já realizada, é possível perceber o envolvimento constante desta Associação

file/d/1FVYdnSNotlyBLEIytHKR39XGjubSPD09/view. Acesso em: 18 fev. 22.

⁹ De acordo com depoimento prestado por Sérgio Dillenburg em 11.04.04.

¹⁰ “[...] a alcunha de Barões do cupim foi atribuída aos intelectuais que se manifestavam pela defesa do patrimônio histórico da cidade nos jornais, pelo grupo de proprietários que se sentia diretamente perseguidos pela proposta.” (GIOVANAZ, 1999, p. 106)

com a criação, funcionamento e divulgação do MuseCom, não só atuando no meio jornalístico, mas também ocupando cargos em órgãos públicos vinculados à cultura, tanto na capital quanto no interior do Estado. Poderia se dizer que se tratava de um grupo de “jornalistas preservacionistas” ou “jornalistas patrimonialistas”, já que aliavam o papel da comunicação com o da preservação dos bens culturais locais, atuando também na definição de critérios de patrimonialização pelo poder público.

Estes profissionais se faziam presente nas diversas ações por parte do governo estadual no que se refere a questões de preservação do patrimônio artístico, cultural, histórico e paisagístico gaúcho, possivelmente como resultado de uma pressão de grupos de interesse na área (intelectuais, pesquisadores, políticos, etc.) e também como resultado das definições expressas nas Cartas Patrimoniais firmadas no Compromisso de Brasília (BRASIL, 1970) e no Compromisso de Salvador (BRASIL, 1971)¹¹, promovidos pelo Ministério da Educação e Cultura da época. As cartas foram produto destes dois encontros que tinham o objetivo de uniformizar e estabelecer diretrizes e recomendações – como ação supletiva – às políticas e práticas de preservação do patrimônio histórico, artístico nacional e regional. É possível considerar que as repercussões desses encontros se fizeram presentes na realização do I Simpósio Sobre a Preservação do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul, no período de 17 a 21 de setembro de 1973¹², promovido pelo governo do Estado e com a participação ativa da ARI, onde foi apresentada a proposta da criação do museu.

Para compreender as narrativas que permearam a constituição da instituição, cabe ressaltar que no Ato Solene de criação do MuseCom¹³ realizado em 10 de setembro de 1974 no Salão de Atos da Secretaria de Educação e Cultura (SEC), foram destacados, entre outros pontos, a importância do museu para pesquisa e história da evolução dos meios de comunicação social e sua difusão; a simbologia do prédio que abrigou o jornal A Federação; o papel do patrono – Hipólito José da Costa –; a valorização da comunicação pelo governo como um meio de interligação entre povo e sociedade; a relação estreita entre os comunicadores do Estado com o governador da época, Euclides Triches; o papel da tecnologia em relação ao desenvolvimento do Estado e do País; a campanha para a doação de acervos (veiculada em jornais, inclusive); a vinculação aos anseios de um projeto de criação de um Museu da Imagem e do Som (citando, inclusive, a possibilidade da criação de uma espécie de “sub-museu” da Imagem do Som na futura instituição) e a designação da primeira função do museu de realizar uma Galeria de Vozes, contendo gravações de personalidades consideradas de destaque para a história do Estado.

Considerado o caráter polifônico deste museu também é importante destacar que desde a década de 1940 já havia um desejo da criação de um Museu da Imagem e do Som na cidade, quando

11 A ARI, inclusive, participou como representação civil do Rio Grande do Sul nos dois Encontros.

12 Segundo reportagem do jornal Correio do Povo, o jornalista Sérgio Dillenburg informa que uma das proposições do Simpósio foi a criação do MuseCom. (CORREIO DO POVO, 1973, p. 05)

13 Ato solene de criação do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. 10/09/1974. Disponível em: https://acervos.MuseCom.rs.gov.br/galeria-de-vozes/_trashed/?perpage=10&order=ASC&orderby=meta_value&metakey=134&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fgaleria-de-vozes%2F Acesso: 20 jan. 2022.

o jornalista e radialista gaúcho Nilo Ruschel exercia o cargo de Diretor do Departamento Central de Propaganda e Turismo do Bicentenário de Porto Alegre e propagava a ideia de “(...) implantar um Museu da Imagem e do Som de Porto Alegre, que reuniria, além de imagens da cidade, as vozes de seus personagens históricos.” (POSSAMAI, 1998, p. 13). Uma ideia precursora no País, visto que o primeiro museu deste tipo foi criado só em 1965, vinculado ao Estado da Guanabara, hoje denominado Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro e que, embora Ruschel tenha pleiteado a criação de um MIS de Porto Alegre até seu falecimento (1975) é possível afirmar que a criação do MuseCom concretizou este desejo de salvaguardar a memória audiovisual gaúcha.

Cabe destacar que no período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, 16 Museus da Imagem e do Som (MISes) foram criados no período de 1960 a 1980. (MENDONÇA, 2012, p. 156). O que poderia representar uma tendência da época da criação do MuseCom.

É neste contexto que se estabelece o problema da pesquisa: como este Museu poderia ser caracterizado para compreensão de sua identidade como promotor da preservação da comunicação sul-rio-grandense? Em outras palavras, é um Museu de Comunicação (integrando um Museu da Imprensa e um Museu da Imagem e do Som) ou um Museu da Imagem e do Som? Que museu os agentes envolvidos na sua criação pretendiam? Qual se concretizou de fato?

Uma hipótese que se apresenta é que o Museu pode ter servido como espaço de uma determinada representação dos profissionais da imprensa, evidenciado pela atuação da ARI em sua constituição, cujo propósito preservacionista almejava sacralizar a profissão, pois a simbologia da escolha do prédio e do patrono fariam parte de um projeto de proteção e afirmação da classe jornalística.

Para articular esta proposta de pesquisa, baseada nas relações entre expectativas e apropriações, faz-se necessário uma breve apreciação do contexto de criação dos MISes no País e o nível de atuação da classe jornalística-preservacionista em análise, para compreender o processo de disputas por legitimidade que representaram a conjuntura da criação destas instituições museológicas.

2 Os Museus da Imagem e do Som durante a Ditadura Civil-Militar: o lugar do MuseCom

O mote desta pesquisa não se limita em questionar ~~apenas~~ que “museu é esse”? Mas também em entender “um museu para quem”? Ele se enquadra na definição de um Museu da Imagem e do Som? De um Museu da Imprensa? O que é um Museu de Comunicação?

Até o momento não foi identificado outro museu que abrangesse ~~esta~~ tipificação tão abrangente. O MuseCom apresenta, principalmente, um acervo e atividades referentes aos Museus da Imagem e do Som (MISes) e aos de Imprensa. Também se apresenta como resultado de um *boom* de criação de MISes que ocorreram no período da Ditadura Civil Militar Brasileira. Não

apenas pela sua especificidade de acervo e finalidades, mas também pela sua vinculação a um processo de transformação da própria área jornalística que estava passando por uma espécie de “reformulação” relativa à exploração massiva da dimensão polifônica dos meios de comunicação que começaram a se desenvolver a partir da criação das empresas de comunicação televisiva, do desenvolvimento tecnológico relativo ao meio audiovisual e do aprimoramento da área de publicidade e propaganda.

Sobre estes museus, destaca-se a análise de Tania Mara Mendonça (2012) que pesquisou e definiu os MISes sob o ponto de vista de suas características híbridas – são museus, enquanto elementos em metamorfose e porque musealizam os acervos do patrimônio material e imaterial; são museus históricos, porque também guardam, preservam e tratam coleções vinculadas à história e memória de suas comunidades e são centro culturais porque também “reúnem uma multidisciplinariedade de linguagens artísticas num mesmo espaço museal” (2012, p 147). A partir destas premissas, o MuseCom poderia perfeitamente se enquadrar nestes conceitos.

A autora explica que durante todo o período da Ditadura Civil-Militar foram criados 17 MISes, vinculados à valorização do patrimônio imaterial, do grande desenvolvimento da indústria imagética e sonora e da ênfase no discurso tecnológico e tecnicista do regime da época. E o MuseCom, como órgão vinculado ao governo estatal naquele período, se irrompia como um elemento representativo desta proposta de dar visibilidade a este tipo de acervo, funcionalidades e narrativas.

Além disso, Mendonça (2012) considera que durante o período de 1970 a 1980 o regime militar retomou e promoveu uma política cultural, baseada na ideia de unidade nacional. Junto ao projeto de crescimento econômico – que abrangia o setor cultural, através das práticas propagandísticas – os equipamentos de difusão cultural eram estimulados, desde que ocorressem sob o controle estatal e os museus, neste contexto, eram orientados na promoção da comunicação do consumo intensificado e na construção da identidade nacional.

O MuseCom, assim, poderia exemplificar um elemento importante da lógica de construção de um discurso que preservava os acervos representativos do que estava obsoleto para comparar com o que “viria a ser”, no que tange aos meios de comunicação, vinculado à ideia de evolução tecnológica propagada pela política de modernização conservadora, típica do período histórico pelo que o País passava. E assim, se adequava perfeitamente às proposições das políticas culturais do período.

No mesmo sentido Isabella Lenzi (2018), ao pesquisar o processo de criação do Museu da Imagem e do Som de São Paulo, durante o período de 1970-1980, centrou sua análise na relação entre o que foi instituído em suas diretrizes iniciais e o que foi realmente executado destacando, entre outras coisas, que este museu surgiu num contexto de “crescimento e consolidação das indústrias de bens culturais, aumento do público consumidor da cultura popular de massa e do surgimento das instituições e empresas vinculadas às telecomunicações, cujo regime militar apoiou e financiou.” (2018, p. 282).

A mesma autora também analisa a trajetória e rede de sociabilidades dos intelectuais que fizeram parte do processo de criação e constituição das diretrizes oficiais deste museu e que, da mesma forma que ocorreu no caso dos agentes do patrimônio que apoiaram a criação do MuseCom, já atuavam em instituições culturais paulistas antes da Ditadura Civil-Militar e, mesmo durante o regime, continuaram ativos em órgãos estaduais e privados, ligados à imprensa, educação e setores públicos. E por este motivo, o surgimento do MuseCom neste período não foi um caso isolado, reiterando que estes museus resultaram de um contexto de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e à comunicação de massa.

Este breve panorama histórico relativo ao surgimento e propósito dos MISes permite vinculá-los aos propósitos governamentais do período, mas não descarta os dos demais agentes que atuam neles. No caso do MuseCom, a classe jornalística também tinha objetivos próprios e atuava de maneira particular.

A tradição jornalística vinculada a sua criação e as relações que se estabeleceram, características do período político da época, não se efeturaram através de um embate entre jornalistas, intelectuais e o governo militar, sob a forma de oposição política explícita ou “clandestina”, mas através da ocupação de espaços específicos que garantissem a sobrevivência ou a promoção de um determinado campo intelectual e profissional. E por isso nossa proposição está vinculada à disputa de poder por legitimação e não a posicionamentos políticos, mesmo que o MuseCom tenha sido criado em um período de censura aos meios de comunicação e opressão política. Trata-se de uma discussão acerca destas relações de poder vinculadas ao patrimônio, à museologia e, neste caso, ao jornalismo gaúcho.

A criação de um “Museu de Comunicação Social” se ajustaria perfeitamente aos propósitos de difundir a história dos meios de comunicação, selecionando, esvaziando e controlando o conteúdo e os usos deles. E para isso era necessário “absorver” partes da sociedade (principalmente a intelectualidade atuante na esfera cultural/patrimonialista) para legitimar suas políticas oficiais.

3 As disputas por legitimidade de um discurso patrimonial e da área da imprensa na criação do MuseCom

O papel destes agentes do patrimônio é bem evidenciado na pesquisa de Giovanaz (1999), que analisa o processo de seleção e classificação do patrimônio histórico e cultural de Porto Alegre durante o período de 1960 – 1979. A autora enfatiza a atuação de uma intelectualidade regional que lutava pela preservação deste patrimônio e que, pela pressão de suas ações (principalmente veiculada pela imprensa, destacando os jornais *Correio do Povo* e *Zero Hora*) acabou sendo integrada a órgãos culturais municipais, participando da elaboração de políticas públicas aplicadas

ao patrimônio histórico e cultural da região.

Sua absorção acabou por estabelecer uma espécie de “equilíbrio” entre ideias preservacionistas e ideias de modernização e desenvolvimento urbano, no contexto de disputas entre este grupo, o poder municipal e as camadas da sociedade vinculadas aos interesses da especulação imobiliária, num contexto de grandes construções viárias que acabavam por destruir edificações históricas.

Giovanaz (1999) destaca que os agentes do patrimônio que fizeram parte deste grupo que defendia os “vestígios e testemunhos materiais” da história da cidade, selecionavam, de acordo com sua concepção do que devia ser preservado, mais como uma forma de legitimação do seu próprio campo de atuação do que pela relação de pertencimento que estes patrimônios provocavam na sociedade da época. Para tanto, realizaram uma série de estratégias e práticas manifestas pela criação de um discurso especializado e de difusão destes valores para garantir sua aceitação e consecução. Através da atuação da imprensa local e da participação em órgãos do poder municipal e/ou de comissões e representações vinculadas à área cultural, conseguiram a criação de diversos dispositivos administrativos e legais para que estas medidas fossem concretizadas.

Dentre estes intelectuais, que a historiadora define como “leitores especiais da cidade”, alguns fizeram parte do processo de criação, de divulgação e de preservação do MuseCom, dentre eles destacamos o jornalista e vereador Alberto André e o engenheiro civil e urbanista Francisco Riopardense de Macedo, este, inclusive, fez parte de uma Comissão que participou dos Compromissos de Brasília e de Salvador, anteriormente mencionados.

A partir disso, cabe nos perguntar: o que estes leitores especiais almejavam quando também atuaram no processo de criação do MuseCom? Pretendiam a defesa do patrimônio da comunicação gaúcha de forma ampla ou apenas da imprensa gaúcha? Este questionamento está vinculado às diversas proposições de museu que permearam sua criação.

Para balizarmos estes questionamentos é necessário destacar que estamos inferindo a análise das intencionalidades dos agentes que participaram desta sistematização do museu. Parte-se do pressuposto de que toda a movimentação política, social e cultural que resultou nas modificações da sua concepção inicial fez parte de uma demanda dos profissionais da área do jornalismo e do patrimônio que atuavam na cidade de Porto Alegre durante o período – aqui considerados como os principais agentes envolvidos na criação, funcionamento e divulgação do museu.

Cada um destes agentes definidos representava grupos que desenvolviam disputas e estratégias de intermediação para a consecução de determinados objetivos. Se relacionavam e atuavam em um determinado território social que definia a sua representação diante da estrutura do Estado (enquanto organização governamental) e da sociedade (enquanto profissão e ação político-cultural). Neste artigo nos deteremos no papel dos grupos vinculados a área jornalística e patrimonial – a ARI e os Barões do Cupim.

São grupos que manifestavam estas disputas através de uma espécie de ativismo em defesa de uma determinada representação (profissional, de classe etc.) que lhes conferisse legitimidade baseada, principalmente, na ideia de prestígio e expressa na forma de condutas, disposições, valores, regras, códigos e preceitos que estabelecessem um sistema específico de atuação social que medisse sua relação indivíduo-coletivo. Proposições construídas e operacionalizadas aqui sob a perspectiva dos conceitos de habitus e de campo de Pierre Bourdieu (2022).

Principalmente no sentido do protagonismo dos atores sociais, pois o autor considera que suas manifestações são ao mesmo tempo o produto e os geradores de novos sistemas de disposições devido ao caráter histórico e dialético de seu espaço no meio social¹⁴ E no caso dos agentes desta pesquisa, principalmente a classe jornalística, a proposta centra-se numa análise relacional e funcional da sua atuação no território patrimonial da cidade no intuito de adquirir um capital simbólico na área cultural porto-alegrense e, no caso, estatal.

Neste sentido, o conceito de campo é o principal elemento de análise para a compreensão do nível e razões da atuação destes agentes responsáveis pela criação, funcionamento e reconhecimento do MuseCom. Pois considera-se aqui que “[...] um campo é um universo em que as características dos produtores são definidas pela sua posição em relações de produção, pelo lugar que ocupam num certo espaço de relações objetivas”. (Ibidem, 2022, p. 86). Compreende-se, então, que o MuseCom não foi apenas o resultado de uma conquista dos profissionais da imprensa ou dos defensores da preservação do patrimônio cultural da cidade, mas também como o resultado concreto da consagração de um grupo intelectual – o produto da sacralização do campo da Imprensa, mais que da comunicação, de forma ampla, do Estado.

Pois como já citado, a tradição jornalística que caracterizou a constituição do museu e o papel de atuação dos profissionais desta área, principalmente com o apoio da ARI e dos denominados “Barões do Cupim” é que identifica a principal relação campo/agentes desta proposta.

E neste caso, poderia se afirmar que o MuseCom serviu como uma extensão da atuação destes profissionais, já que não eram museólogos ou possuíam experiência na área.

4 Considerações Finais

Pretendeu-se aqui apenas propor uma reflexão sobre o que poderia ter significado a criação do MuseCom para os profissionais da comunicação, principalmente os jornalistas – representados

14 Desta forma, as maneiras de agir que constituem o habitus estão sujeitas a uma ação interna dos agentes sociais que estabelecem uma interação – uma mediação – dentro do meio social (campo). É por essa razão “[...] o habitus, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o habitus, a hexis, indica a disposição incorporada, quase postural –, mas o de um agente em acção [...]” (BOURDIEU, 2022, p. 60).

pela ARI. Procurando-se propor investigar a relação entre a atuação dessa associação no processo de construção do discurso museológico institucional do MuseCom, através do seu ativismo na área patrimonial e se havia alguma aproximação com as atividades realizadas pelo Museu em sua primeira gestão.

Todo o processo de criação do MuseCom está permeado por discursos que exemplificam seu conteúdo simbólico enquanto “objeto patrimonial”. O seu acervo, o seu prédio (cuja iniciativa de tombamento iniciou em 1982 e finalizou em 1986)¹⁵ e o seu patrono podem ser categorizados como elementos de disputa por uma construção idealizada da comunicação e, principalmente, da imprensa gaúcha.

Percebe-se aí que a ARI, pelo menos durante a presidência de Alberto André, atuou como uma entidade de classe, mas como um veículo de ativismo cultural da capital e do Estado do Rio Grande do Sul. E essa participação ativa revela, além do espaço que os agentes envolvidos na criação do MuseCom ocuparam, os seus objetivos enquanto defensores de um patrimônio e de uma memória local. Cabe saber se estes mesmos agentes se preocupavam mais com a necessidade de se legitimar enquanto “agentes do campo patrimônio” ou como “agentes do campo da comunicação”, no processo de constituição do MuseCom. Ou, ambos.

E neste sentido, ampliando o entendimento de campo como um espaço social, finalizamos está reflexão, com a proposição do MuseCom como um campo do patrimônio em construção. Todos os elementos que configuram uma instituição museológica, baseada em um habitus constituído por concepções teóricas; técnicas e metodologias especializadas; objetos (em seu sentido amplo) de atuação; sistemas e práticas de comunicação etc., podem representar que, ao estabelecer diversas formas de mediação com as estruturas ao qual está inserida, tenha como objetivo legitimar-se enquanto um segmento social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO RIO GRANDENSE DE IMPRENSA. Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. **Moção de apoio à proposição Criação, pelo Governo do Estado, do Museu de Comunicação Social. Porto Alegre.** Porto Alegre, 17 out. 1973. 1f.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 2ª ed. Lisboa: Edições 70. Coleção História & Sociedade. Ed. 2022. 510 p.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Compromisso de Brasília.** Brasília: 1970. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

15 O tombamento do prédio d' A Federação foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul (DOE) em duas datas diferente, fato referenciado no processo de tombamento. A primeira data foi no dia 05.01.87 (Portaria n. 17/86) de 26.11.86 e a segunda data no dia 12.02.87, considerada oficial pelo IPHAE.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Compromisso de Salvador**. Salvador: 1971. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

DILLENBURG, Sérgio Roberto: depoimento [04 nov. 2004]. Entrevistadora: VIGNOL, Ana Letícia de A. Porto Alegre, 2004. 1 fita cassete sonora (1:02:29). Arquivo pessoal da entrevistadora.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. UM ARQUIVO CONTA A HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Correio do Povo**. Porto Alegre, ano 78, n 269, 26 nov. 1972, p. 17.

EM SETEMBRO SIMPÓSIO SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO. **Correio do Povo**. Porto Alegre, ano 78, n. 286, 11 set. 1973, p. 05

GIOVANAZ, Marlise. **Lugares da memória**: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960 – 1979). 1999, 164p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1999.

LENZI, Isabella Rodrigues. **Museu da Imagem e do Som de São Paulo**: o processo de criação e as diretrizes iniciais (1970-1980). 2018, 334p. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Programa de Pós-graduação em Interunidades em Museologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-03062019-163054/publico/isabellalenzicorrigidamuseologia.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MENDONÇA, Tânia Mara Quinta Aguiar de. **Museus da imagem e do som**: o desafio do processo de musealização dos acervos audiovisuais no Brasil. 2012, 448p. Tese (Doutorado em Museologia) – Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/tania_mendonca.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Guardar e celebrar o passado**: o museu de Porto Alegre e as memórias na cidade. 1998, 183p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

QUEVEDO, Raul. **Hipólito José da Costa**. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa: IEL: CORAG, Série Grandes Nomes da Comunicação, n.1, 1997, 19 p.

REVISTA RRPP ATUALIDADES. **O museu recupera espaços**. ESPECIAL. Curso de Relações Públicas/Famecos/PUCRS Porto Alegre, ano 16, n. 31, jul. 2010, p. 12.

RIO GRANDE DO SUL. Ato solene de criação do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. **Museu de Comunicação Hipólito José da Costa**. Porto Alegre, 10 set. 1974, (34min56seg), extensão MP3, (31,9 MB). Disponível em: https://acervos.MuseCom.rs.gov.br/galeria-de-vozes/trashed/?perpage=10&order=ASC&orderby=meta_value&metakey=134&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fgaleria-de-vozes%2F Acesso em: 20 jan. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 24.366 de 30 de dezembro de 1975. Cria o Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 5 jan. 1976. Disponível em: https://ww3.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100018.asp?Hid_IdNorma=32743&Texto=&Origem=1. Acesso em 12 jul, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Portaria nº 018044 de 06 de setembro de 1974. **Cria o Museu de Comunicação Social**. Secretaria de Educação e Cultura. Processo Nº 24094/SEC. **Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul**: Porto Alegre, 10 set. 1974, p. 10. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/diario?td=DOE&dt=1974-09-10&pg=1>. Acesso em: 8 nov. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Processo de Tombamento imóvel Museu de Comunicação Hipólito José da Costa. **Instituto do Patrimônio Histórico Estadual**. 1987. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1FVYdnSNotlyBLElytHkR39XGjubSPD09/view>. Acesso em: 18 fev. 2022.